

## **CULTURA GAY: POR UMA DESCONSTRUÇÃO HETERO-NORMATIVA**

Olinson Coutinho Miranda<sup>1</sup>

Resumo: Este projeto é o resultado dos estudos sobre as teorias de Levi-Strauss, Tylor, Malinowsky, Geertz, Boas, Adam, Derrida, Chauí, Thompson que embasam a pesquisa e escrita sobre a questão de cultura e sua diversidade. Escrever sobre a cultura e em específico cultura gay é uma tarefa árdua, a qual exige leitura e conceitos variados de cultura e suas representações da sociedade. e a representação da cultura gay promove o rompimento, a desconstrução da heteronormatividade que rejeita a diversidade cultural e sexual existente na sociedade.

Palavras-chave: Cultura. Cultura gay. Desconstrução. Heteronormatividade.

## **GAY CULTURE: FOR A HETERNORMATIVE DECONSTRUCTION**

Abstract: This project is the result of studies about the theory of Levi-Strauss, Tylor, Malinowsky, Geertz, Boas, Adam, Derrida, Chauí Thompson that underlie the research and writing on the issue of culture and its diversity. Write about the culture and specifically gay culture is an arduous task, which requires reading and different concepts of culture and its representations of society. and the representation of gay culture promotes disruption, deconstruction of heteronormativity that rejects diversity and sexual culture existing in society.

Keywords: Culture. Gay culture. Deconstruction. Heteronormativity.

---

<sup>1</sup> Professor de Língua Portuguesa e Inglesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Governador Mangabeira. Mestrando em Crítica Cultural pela UNEB, campus II, Alagoinhas-BA.

Escrever sobre a cultura gay é uma tarefa árdua que exige ampla leitura dos conceitos variados de cultura e suas representações. Vale ressaltar, que a cultura gay representa uma minoria que luta contra a hegemonia e centralização heteronormativa para que alcance a concretude da identidade diante da diversidade cultural existente.

É importante descrever os variados conceitos de cultura trazidos pelos estudos etnográficos dos antropólogos e/ou pesquisadores como Tylor, Malinowski, Levi- Strauss, Geertz, Thompson, Boas e Adam para compreensão e desenvolvimento dos pesquisadores de cultura.

Tylor (1871) define que “cultura, ou civilização, tomada em seu sentido amplo e etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, leis, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (TYLOR, 1871). O autor representa qualquer tipo de crença, moral, leis e costumes como um fenômeno natural de princípio evolucionista unilinear.

Malinowski (1975) retrata que por meio da cultura são impostas condições mínimas de satisfação das necessidades orgânicas ou básicas do homem e da raça. O pesquisador confirma também que:

A cultura é um conjunto integral de instituições em parte autônomas, em parte coordenadas. Ela se integra à base de uma série de princípios, tais como: a comunidade de sangue, por meio da procriação; a contiguidade espacial, relacionada a cooperação; a especialização de atividades; e, por fim, mas não muito importante, o uso do poder na organização política. (MALINOWSKI, 1975, p. 46).

Malinowski explicita a ideia de que a cultura representa a satisfação da necessidade humana e descreve os princípios e regras para se conviver em comunidade e de forma coope-

rada e organizada, englobando os aspectos sociais, políticos e econômicos da cultura.

Gueertz (1989) ressalta que:

A cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles (os símbolos) podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade. (GUEERTZ, 1989, 24).

Gueertz refuta os estudos de Tylor quando afirma que a cultura não se apresenta como um fenômeno natural e traz a ideia de que a cultura está relacionada ao fenômeno social, ou seja, apreendidos e modificáveis diante do contexto em que o ser se encontra.

De acordo com Levi Strauss (1976), a cultura se concretiza em uma diversidade ampla, na qual as culturas se diferem e se intercomplementam. Sendo assim, Strauss diz que "todo progresso cultural é função de uma coligação entre as culturas... Nenhuma cultura está só; ela é sempre dada em coligação com outras culturas". (STRAUSS, 1976).

Turner (1993) questiona o fato dos antropólogos estarem sendo "ignorados pelas novas especialidades acadêmicas no campo da 'cultura', como os estudos culturais, e por outras manifestações acadêmicas e extra-acadêmicas de 'multiculturalismo'". (TURNER, 1993, p.411). Porém o antropólogo Adam Kuper discorda do pensamento de Turner e apresenta sua ideia como ultrapassada quando afirma: "não consigo ver meus colegas como se eles tivessem tomando um chá de cadeira num baile" (KUPER, 2002, p.289), porém os antropólogos foram deixados de lado no mercado devido o debate de cultura ter um caráter político. Portanto, os antropólogos e grandes escritores da cultura passam a perceber que a cultura nunca deixou de ser uma questão política e que reflexões e discursos políticos precisam ser abordados.

Antonio Gramsci (1982) afirma que a cultura e política estão inextricavelmente associadas. De forma muito genérica, é possível sintetizar que a mudança política só pode ocorrer por meio da transformação cultural de forma que uma divisão entre prática e crítica não seria apenas indesejável, mas impossível.

Como salienta Botelho (2001):

Vale nesta linha de continuidade a incorporação da dimensão antropológica da cultura, aquela que, levada às últimas consequências, tem em vista a formação global do indivíduo, a valorização dos seus modos de viver, pensar e fruir, de suas manifestações simbólicas e materiais, e que busca, ao mesmo tempo, ampliar seu repertório de informação cultural, enriquecendo e alargando sua capacidade de agir sobre o mundo. O essencial é a qualidade de vida e a cidadania, tendo a população como foco. (BOTELHO, 2001, p.110).

Segundo Botelho, a cultura precisa estar incorporada aos estudos antropológicos e ser levada às últimas instâncias para que alcance a formação completa do indivíduo, sua valorização, seus modos, seu viver e sua capacidade de pensar e agir sobre o mundo. Sendo assim, a cultura se apresenta como uma questão política que leva a cidadania do indivíduo e da sociedade.

Marilena Chaui (2008) declara:

Se, por um instante, deixarmos de lado a noção abrangente da cultura como ordem simbólica e a tomarmos sob o prisma da criação e expressão das obras de pensamento e das obras de arte, diremos que a cultura possui três traços principais que a tornam distante do entretenimento: em primeiro lugar, é trabalho, ou seja, movimento de criação do sentido, quando a obra de arte e de pensamento capturam a experiência do mundo dado para interpretá-la, criti-

cá-la, transcendê-la e transformá-la — é a experimentação do novo; em segundo, é a ação para dar a pensar, dar a ver, dar a refletir, a imaginar e a sentir o que se esconde sob as experiências vividas ou cotidianas, transformando-as em obras que as modificam por que se tornam conhecidas (nas obras de pensamento), densas, novas e profundas (nas obras de arte); em terceiro, numa sociedade de classes, de exploração, dominação e exclusão social, a cultura é um direito do cidadão, direito de acesso aos bens e obras culturais, direito de fazer cultura e de participar das decisões sobre a política cultural. Ora, a indústria cultural nega esses traços da cultura. Como cultura de massa, as obras de pensamento e de arte tendem: de expressivas, tornarem-se reprodutivas e repetitivas; de trabalho da criação, tornarem-se eventos para consumo; de experimentação do novo, tornarem-se consagração do consagrado pela moda e pelo consumo; de duradouras, tornarem-se parte do mercadoda moda, passageiro, efêmero, sem passado e sem futuro; de formas de conhecimento que desvendam a realidade e instituem relações com o verdadeiro, tornarem-se dissimulação, ilusão falsificadora, publicidade e propaganda mais do que isso. A chamada cultura de massa se apropria das obras culturais para consumi-las, devorá-las, destruí-las, nulificá-las em simulacros. Justamente porque o espetáculo se torna simulacro e o simulacro se põe como entretenimento, os meios de comunicação de massa transformam tudo em entretenimento (guerras, genocídios, greves, festas, cerimônias religiosas, tragédias, políticas, catástrofes naturais e das cidades, obras de arte, obras de pensamento). É isto o mercado cultural (CHAUI, 2008, p.61).

Marilena Chaui retrata a cultura contemporânea em sua amplitude política, demonstrando suas negações, indagações e inquietudes em relação à ideia de cultura como mercadoria, trabalho e direito negado da cultura popular e de

massa. Dessa forma, as políticas públicas necessitam de uma ação emergencial para que consiga englobar todos os povos e manifestações culturais, independente de raça, religião, etnia, sexo, gênero para que alcance a democracia cultural esperada.

Diante de tais conceitos de cultura, percebe-se a necessidade de retratar os ideais dos estudos culturais e da crítica da cultura, por representarem teorias e estudos que englobam todos os indivíduos e suas representações na sociedade. São levados em consideração a cultura de massa e popular e todas as manifestações políticas, sociais, econômicas e culturais dos excluídos como a mulher, o negro, os homossexuais que lutam contra a hegemonia da sociedade centralizadora.

Assim, “a cultura não é uma prática, nem é simplesmente a descrição da soma dos hábitos e costumes de uma sociedade. Ela atravessa todas as práticas sociais e constitui a soma de suas inter-relações” (HALL, 1980, p. 60). Hall esclarece que a cultura é a soma de hábitos e costumes de práticas sociais e que se intercomplementam. Diante da multiplicidade e inter-relação entre culturas, Stuart Hall destaca que “os estudos culturais abarcam discursos múltiplos, bem como numerosas histórias distintas. Compreendem um conjunto de formações, com as suas diferentes conjecturas e momentos do passado. Os estudos culturais tiveram uma grande diversidade de trajetórias”. (HALL, 2003, p.189).

Em relação aos estudos e crítica da cultura, Kuper (2002) afirma:

Cultura nessa disciplina inclui belas artes, literatura e conhecimentos, as matérias regulares do currículo das ciências humanas, mas abrange também as artes negras da mídia e a esfera vagamente demarcada da cultura popular. Essas formas de cultura são valorizadas de maneiras bastante distintas (...). Quer louvando a cultura popular ou fazendo sua parte para

combater a hegemonia, os estudos culturais sempre foram ao mesmo tempo uma aspiração acadêmica e um movimento político. As críticas culturais e políticas unem-se nos estudos de filmes, programas de televisão e esportes, e a mensagem opressiva da mídia é contestada pela propaganda política de ativistas de classe, raça e gênero (KUPER, 2002, p.292).

Dessa forma, os estudos culturais e a crítica cultural conseguem representar a multiplicidade, a diversidade das variadas vertentes de cultura, sociedade e de indivíduos, principalmente os marginalizados e excluídos da hegemonia normativa e seletiva. Por isso, Eduardo Gruner diz que “é uma tentativa de colocar em crise as hegemonias culturais em seu conjunto pela observação etnográfica das dispersões e fragmentações político-sociais e discursivas produzidas pelo capitalismo tardio” (GRUNER, 1998, p.26).

Influenciado pelos estudos culturais, surge o multiculturalismo, o qual Terence Turner conceitua como a disciplina que “se preocupa com as subculturas, com a mídia e com os gêneros de representação de grupos que estão à margem das classes hegemônicas” (TURNER, 1993, p.420). Sendo assim, o multiculturalismo e os estudos culturais apresentam uma leitura dos marginalizados e excluídos da sociedade normatizante, representando um movimento de descentralização no estudo e no ensino da cultura.

Questionar a hegemonia da sociedade é pensar “não na existência de diferenças, mas sim no fato de elas serem tratadas com desprezo, como desvios da norma. Uma cultura hegemônica (branco, anglo-saxão, classe média, homem, heterossexual) impõe suas regras a todos. O restante da população é estigmatizada por ser diferente” (KUPER, 2002, p.296).

Durval Albuquerque Júnior (2004) destaca que a produção cultural é feita de hibridismo, misturas que não são levados em consideração pelas culturas ditas hegemônicas,

pois suas manifestações culturais é quem determina a cultura. Sendo assim, Durval (2004) esclarece:

O que caracteriza a produção cultural sempre foi as misturas, os hibridismos, as mestiçagens, as dominações, as hegemonias, as trocas, as antropofagias, as relações enfim. O que chamamos de cultura, conceito que por seu uso no singular já demonstra sua prisão à lógica da identidade, é na verdade um conjunto múltiplo e multidirecional de fluxos de sentido, de matérias e formas de expressão que circulam permanentemente, que nunca respeitaram fronteiras, que sempre carregam em si a potência do diferente, do criativo, do inventivo, da irrupção, do acasalamento. Na verdade nunca temos cultura, temos trajetórias culturais, fluxos culturais, relações culturais, redes culturais, conexões culturais, conflitos, lutas culturais. As classes ou sociais hegemônicas é que, muitas vezes, querem fazer de suas manifestações culturais, a cultura (JUNIOR, 2004, p.3-4).

Diante dos conceitos e estudos de culturas, estudos culturais, multiculturalismo e suas relações com os questionamentos da hegemonia centralizadora, detecta-se a relevante representação dos estudos das culturas das minorias, dos marginalizados como a mulher, o negro, o pobre e destacando os homossexuais. Estudar a cultura gay é representar essa diferença, sua posição de marginal e promulgar a desconstrução da sociedade heteronormativa que pune e discrimina quem não faz parte dos estigmas arraigados pela cultura heterossexual.

Dessa forma, Denilson Lopes (2002) afirma:

Os estudos gays, lésbicos e transgêneros são áreas interdisciplinares de estudos emergentes na academia norte-americana pós os anos 60, com o estabelecimento de disciplinas, programas, centros, realização de congressos. Essa área sofre crítica nos anos 90 pela teoria dos estudos queer, ao retomar uma radicali-



dade política na contraposição a uma visão integrativa que o termo gay foi assumindo na sociedade norte-americana. O termo queer inclui simpatizantes e é paralelo ao interesse pelo transgênero, pela bissexualidade. Nos anos 90, a chegada desses estudos no Brasil redimensiona nossa produção centralmente definida pelas ciências sociais e pela história (LOPES, 2002).

Denilson Lopes ratifica a ideia de que os estudos gays e lésbicos nos Estados Unidos têm um processo histórico desde a década de 60 do século XX, enquanto que no Brasil é algo novo e deficiente. É importante ressaltar, que pesquisadores já atuam nessa perspectiva e buscam uma política de inserção dessa minoria desprivilegiada e excludente.

Outro detalhe a ser observado no texto de Lopes, é a introdução dos estudos da Teoria queer, a qual surgiu na década de 90 do século XX e teve como referencial teórico os estudos de Foucault e Derrida, além da contemporânea Judith Butler. Advinda do encontro dos estudos culturais norte americanos com o pós estruturalismo francês. A palavra queer é traduzida por estranho, excêntrico, raro e extraordinário. Adquire todo seu poder com a invocação que o relaciona com patologias e insultos e representam a transgressão quanto a uma sociedade heteronormativa, destacando a realidade social e cultural de uma minoria excluída, os homossexuais. Vale ressaltar, que esta minoria luta contra a condição de marginal de forma radical, exagerada e excêntrica. Dessa forma, ser queer é pensar na ambiguidade, na multiplicidade e na fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura.

Guacira Lopes Louro (2001), diz que hoje, as chamadas minorias sexuais estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores. A denominação que lhes é atribuída parece, contudo, bastante imprópria. Sua visibilidade tem

efeitos contraditórios: por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro lado, setores tradicionais renovam seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física.

Dentro dessa abordagem sócio-histórica dos estudos gays e lésbicos, é necessário uma política de inserção e inclusão para que essa minoria tenham voz e vez e consigam demonstrar seus anseios. Porém de forma coerente e bastante fundamentada para se obter melhor entendimento e resulte em transformações.

Sendo assim, Denilson Lopes (2002) descreve:

Tanto os estudos feministas quanto os estudos gays, lésbicos e transgêneros têm um primeiro movimento de criticar representações sociais estereotipadas, os silêncios e as opressões. Essa abordagem sócio-histórica é fundamental para quebrar núcleos da misoginia e da homofobia, ao demonstrar que as diversas sociedades e os vários tempos históricos lidaram de forma bastante diversificada para além das dualidades masculino/feminino e heterossexualidade/homossexualidade. O preconceito se expressa na sociedade pela ridicularização e pelas violências; na política, ao ser considerado um tema menor diante das transformações conduzidas pelos partidos e pelos sindicatos; bem como na universidade, ao não legitimar estes estudos em pé de igualdade com correntes de pensamento mais tradicionais (LOPES, 2002, 50).

Denilson Lopes relata que os grupos gays, lésbicos, transgêneros representam uma situação de opressão e de estigmas e convivem com o preconceito por meio de ridicularizações e violências. Essa situação é pouco discutida na polí-

tica, nas universidades, nas escolas, o que não legitima a luta por igualdade e respeito às diferenças e multiplicidades dentro da sociedade heteronormativa.

Diante desses questionamentos a respeito da cultura gay, percebe-se a necessidade de uma desconstrução da cultura heteronormativa que dita às regras e normas dentro da sociedade centralizadora e hegemônica. É preciso ir além das fronteiras, fazer um arrombamento da dominação e exclusão para dar voz aos homossexuais marginalizados.

A ideia de desconstrução remete ao pensamento de Jaques Derrida, o qual:

Utilizado pela primeira vez por Jacques Derrida em 1967 na Gramatologia, o termo 'desconstrução' foi tomado da arquitetura. Significa a deposição decomposição de uma estrutura. Em sua definição derridiana, remete a um trabalho do pensamento inconsciente ('isso se desconstrói'), e que consiste em desfazer, sem nunca destruir, um sistema de pensamento hegemônico e dominante. Desconstruir é de certo modo resistir à tirania do Um, do logos, da metafísica (ocidental) na própria língua em que é enunciada, com a ajuda do próprio material deslocado, movido com fins de reconstruções cambiantes (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p.9).

Jonathan Culler (1997) afirma que:

Desconstruir uma oposição é mostrar que ela não é natural e nem inevitável, mas uma construção, produzida por discursos que se apóiam nela, e mostrar que ela é uma construção num trabalho de desconstrução que busca desmantelá-la e reinscrevê-la — isto é, não destruí-la, mas dar-lhe uma estrutura e funcionamento diferentes (CULLER, 1997, p.122).

Derrida e Culler declaram que o ato de desconstruir é indispensável para que os marginais, as minorias consigam emergir diante do centro hegemônico, excludente e normativo.

zante que norteia a sociedade. É preciso romper com a ideia de centro em busca da multiplicidade e diversidade existente.

Segundo Foucault (2007):

Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto — que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto. [...] A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza (FOUCAULT, 2007, p. 152-153).

De acordo com a teoria queer, vive-se em uma sociedade em que o discurso hegemônico é heteronormativo, onde as normas sociais vão dizer o que é serhomem/mulher, e que essas diferenças entre os sexos formam basicamente o conceito de gênero, palavra que se refere à construção social e histórica dos sexos (Beauvoir, 1987; Butler, 2007). Entende-se o corpo/genitália como a materialidade do gênero e a fixação de determinados comportamentos normativos (BUTLER, 2002).

Goffman (1988) declara que:

A partir da subversão da ordem operada por uma relação homossexual, os homossexuais são invisibilizados e estigmatizados socialmente. O estigma se refere ao conjunto de atributos inscritos na identidade social de um indivíduo, os quais, em uma interação, podem desacreditá-lo/depreciá-lo, tornando-o um indivíduo “menor” socialmente. (GOFFMAN, 1998).

A teórica confirma a situação de “menor” do indivíduo homossexual que subverte a ordem de uma sociedade heteronormativa. E essa sociedade torna-o desacreditado, estigmatizado, depreciado e excluído devido à conduta social

normatizante e seletiva. Sendo assim, Gamson (2002) relata que “a política queer (...) adota a etiqueta da perversidade e faz uso da mesma para destacar a ‘norma’ daquilo que é ‘normal’, seja heterossexual ou homossexual. Queer não é tanto se rebelar contra a condição marginal, mas desfrutá-la”. Portanto, ser queer é ser marginal, mas essa marginalização é vista como fator positivo, pois o ideal queer pode assim proclamar uma identidade como minorias sexuais que estão em desacordo com o dominante, o legítimo, o normativo. Hoje as chamadas minorias sexuais estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores. A dominação que lhe é atribuída parece, contudo, bastante imprópria. Portanto, é necessária uma análise desconstrutivista para garantir a diversidade existente na sociedade contemporânea. Seidman (1995) ratifica que os estudos queer são favoráveis a uma estratégia descentralizadora ou desconstrutiva que escapa das proposições sociais e políticas programáticas positivas; imaginam o social como um texto a ser interpretado e criticado como propósito de contestar os conhecimentos e hierarquias sociais dominantes.

Miskolci (2009) destaca também:

De qualquer forma, os pesquisadores desta corrente conheciam a linha do construtivismo social que formava a base dos estudos sobre sexualidade e gênero na teoria social canônica, mas consideravam que as pesquisas sobre “minorias” sexuais tendiam a reforçar crenças hegemônicas e, no máximo, tinham criado subáreas disciplinares, o que mantinha a marginalidade do objeto nas teorias socioantropológicas. A oposição crítica a este contexto institucional e à forma como os estudos construtivistas serviam aos interesses hegemônicos reforçou, ao menos inicialmente, a tendência queer a priorizar a análise desconstrutivista de produtos culturais como estratégia para sublinhar

a centralidade da sexualidade na vida social contemporânea (MISKOLCI, 2009).

Miskolci apresenta a relação entre a construção de teorias dos estudos sobre sexualidade e gênero diante daquilo que é canônico e a desconstrução desses estudos diante de uma nova proposta que leva em consideração as minorias sexuais e de gênero em sua multiplicidade e em diversidade sociocultural.

Dessa forma, percebe-se que a cultura apresenta como uma conceituação ampla e diversificada e que a cultura gay representa uma minoria excluída em busca da desconstrução da sociedade heteronormativa. Por meio dos estudos queer, pode-se elevar os estudos de sexualidades em sua diversidade e romper com o centro que dita às regras e normas silenciando os marginalizados, as minorias, os subalternizados da cultura dominante.

## Referências

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Trad. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura e políticas públicas*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.15, n.2, 2001. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010288392001000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02/04/2006

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. En: Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, n. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires: CLACSO, 2008. ISSN:1999-8104. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye352a.pdf>

CULLER, Jonathan. *Sobre a Desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Trad. Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo horizonte: Autêntica, 2001.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LEVI-STRAUSS, Levi. *Antropologia estrutural*. Trad. Chaim Samuel e Egnaldo Pires. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1975.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *Fragments do discurso cultural: por uma análise crítica das categorias e conceitos que embasam o discurso sobre a cultura no Brasil*. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda\\_remissa/fragmentos\\_d\\_iscurso\\_cultural.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remissa/fragmentos_d_iscurso_cultural.pdf)>. Acesso em 15 de outubro 2012.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Trad. Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1988.

GRÜNER, Eduardo. *El retomo de la teoría crítica de la cultura: una introducción alegórica a Jameson y Zizek*. In JAMESON, Frederic; ZIZEK, Slavoj (org.). *Estudios culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo*, Buenos Aires/ Barcelona/ México: Paidós, 1998, p. 11-64

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades de mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LOPES, Denílson. *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MALINOWSKY, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Trad. José Auto. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

MISKOLCI, Richard. *A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, v. 1, n. 29, 2009.

THOMPSON, Jhon B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TURNER, Victor. *Florestas de símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu*. Trad. Paulo Gabriel Hilu. Niterói, RJ: EdUFF, 2005.

TYLOR, Edward, B. *Primitive culture I*. London, 1871.